

## DISCURSO (PRESIDENTE LOCUTOR)

O art. 1º da Constituição Federal Brasileira, nossa Carta Magna, diz que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.” Além disso, salienta que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Pois bem, precisamos refletir muito sobre as federações que são relativamente recentes. A chamada Guerra de Independência das Treze colônias, que resultou na emancipação da coroa Inglesa e consequente promulgação da Constituição dos Estados Unidos, serviu como embrião dos pactos federativos pelo mundo.

No Brasil, desde a colônia portuguesa, presenciamos mazelas sociais oriundas, em grande parte, da centralização do poder em posse da União (Poder Executivo), marginalizando o pacto federativo brasileiro que deixa de ser exercido em plenitude, fazendo com que muitas ações relevantes para a sociedade não saiam do papel.

Vejamos, o poder central (União) fica com cerca de 70% do que é arrecadado no país e os 30% restantes são repartidos entre os 26 Estados, mais de 5.500 Municípios, além do Distrito Federal, onde de fato vivenciamos os problemas sociais no dia-a-dia. Além de tudo, a cada dia imputa aos demais entes federados mais responsabilidades que são de obrigação constitucional da União, o que macula o pacto federativo e gera conflitos e dificuldades sociais graves, agravando a situação econômica e social local, muitas vezes por aplicar uma dose errônea de “medicamentos” que não solucionam a questão, pois não atua na prevenção, o que seria mais correto para uma política social mais adequada para a população.

Para não me estender tanto nessa colocação regional, vou me ater exclusivamente a um comparativo: O Brasil possui a 4ª maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas da Rússia, China e Estados Unidos, sendo que na última década o aumento de prisões foi de 61,8% a cada grupo de 10 mil habitantes. O aumento da taxa de encarceramento no Brasil está indo na contramão da tendência dos demais países, assim, segundo dados apresentados pelo Ministério da Justiça, a população carcerária do Brasil deverá superar a da Rússia em 2018, alcançando a “medalha de bronze” nessa indesejada competição.

Ainda em concordância com o relatório apresentado pelo Ministério da Justiça, 67,1% dos detentos brasileiros são negros e 31,3% são brancos, e 8 em cada 10 estudaram até no máximo o ensino fundamental, ou seja, até o 4º ano.

Talvez aqui podemos dizer que por falta de planejamento, os governantes do mundo não aplicam os recursos e as energias em conformidade com as leis, pois países crescem de maneira desordenada, sem infraestrutura e sem preocupação com o maior bem da sociedade que é a vida humana. A título meramente exemplificativo convém citar que no século passado, o Brasil possuía cerca de 90 milhões de habitantes, e hoje somos mais de 200 milhões, sendo que o Estado não se preparou para esse crescimento.

Atualmente, cerca de 50 milhões de pessoas estão matriculadas nas escolas brasileiras, mas os salários dos professores e mestres, além das instalações e estruturas para o ensino são muito aquém do que preceitua a Constituição Federal, e os líderes não se esforçam para prevenir os problemas sociais em vez de combater as mazelas que eles causam.

É evidente que é mais fácil combater do que prevenir. No entanto, manter um preso é absurdamente mais caro do que um aluno na escola, assim, o que percebemos é um mundo com o crime instalado, causando desastres sociais em toda a face da Terra. As questões culturais, religiosas, políticas, têm que ser preservadas e respeitadas pelos governantes que devem estar preparados para gerir a diversidade de informações e de discursões que provocam, e o envolvimento da sociedade é crucial para o sucesso nesses pleitos.

Por essas razões o mundo clama pela luta contra a desigualdade social nos dias atuais, onde vivenciamos o sofrimento de várias pátrias, buscando abrigo em outras nações levadas a este estado de sofrimento pela ganância de seus semelhantes, transformados em peregrinos da sobrevivência, sem saber se conseguirão chegar à “Terra Prometida”.

A desigualdade social e econômica espalhada pelo mundo e pelo Brasil não é diferente, sofremos isso desde a colonização, na era do coronelismo, dos senhores de engenho, dos regimes feudais que até os dias de hoje deixam cicatrizes profundas na alma da sociedade, assim como as atuais guerras civis, que deixam marcas profundas e feridas abertas na face de governantes que deveriam ouvir mais o seu povo e trabalhar mais em favor de uma igualdade entre os irmãos.

As consequências dos desmandos e do não cumprimento das leis não só do homem mas também divinas, estão explícitas para todos nós, seja por meio da degradação ambiental, tratamento desumano, guerras, drogas, crimes dos mais variados e assassinatos macabros mostrados inclusive em redes de comunicação. Tudo isso dá conta de que a desigualdade social poderá levar ao fim a raça humana, e somente nós, homens públicos e sociedade organizada, irmanados, conseguiremos mudar esse quadro.

Temos que parar de falar, de colocar apenas no papel e partirmos para a prática, pois senão estaremos fadados ao fracasso.

Finalizo apresentando-lhes duas frases do ilustre mestre Rui Barbosa, um dos grandes federalistas da história do Brasil:

“Nas crises de transformação social ou política a corrente dominante propende sempre, pela natureza das coisas, a exceder o limite da razão, e exerce sobre os espíritos uma ascendência intolerante, exclusivista, radical.”

“As nações não podem eximir-se a encargos, quando as necessidades de sua existência lhos impõem. Sua condição não é idêntica à do pai de família, à do indivíduo previdente e morigerado, que pode até reduzir-se a fome, para manter a sua honra e satisfazer os seus compromissos.”